



**ATA ORDINÁRIA Nº 2815/2019**

1  
2 Aos vinte sete dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta  
3 minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para  
4 reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA  
5 do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de  
6 reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário  
7 Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos  
8 **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:** José Francisco Rodrigues Furtado (Titular),  
9 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB;** Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa**  
10 **Pública de Transporte e Circulação – EPTC;** Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do**  
11 **Prefeito – GP;** Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento**  
12 **Metropolitano Regional - METROPLAN;** Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria**  
13 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS;** Patrick Silva (2º  
14 Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE;** Jorge  
15 Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade**  
16 **Urbana – SMIM;** e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de**  
17 **Relações Institucionais – SMRI.** **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Livia  
18 Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul –**  
19 **UFRGS;** Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia**  
20 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS;** Claudete Aires Si, mas (Titular), **Acesso Cidadania e**  
21 **Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense**  
22 **dos Escritórios de Arquitetura - AREA;** Emílio Merino Dominguez (2º Suplente),  
23 **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS;** Rafael Pavan dos Passos (2º  
24 Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS;** Hermes de Assis Puricelli (Titular),  
25 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS;** Rogério Dal  
26 Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON;** e  
27 Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**  
28 **SOCECON/RS.** **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi  
29 (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1;** Adroaldo Venturini Barbosa  
30 (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2;** Jackson Roberto Santa  
31 Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3;** Tânia  
32 Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4;** Paulo  
33 Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5;**  
34 Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP.**  
35 **6;** Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7;** Paulo  
36 Henrique do Carmo da Costa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP.**  
37 **8;** e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade,**  
38 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA.** **SECRETARIA EXECUTIVA:**  
39 Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS;**  
40 Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos.** **PAUTA: 1. Abertura;**  
41 **2. Votação da Ata 2812/2019; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações.** Após assinatura da  
42 lista de presenças o Senhor Vice- Presidente deu início aos trabalhos às 18h20min. 1.  
43 **ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**  
44 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Senhores conselheiros, em havendo *quórum* a gente dá  
45 início aos trabalhos. Inicialmente, gostaria de saudar os conselheiros das regiões, que a  
46 gente teve um encontro muito produtivo hoje, antes do início desta reunião. Conforme a  
47 gente ajustou no último encontro, nós estamos na medida do possível indo até as regiões,



48 estivemos recentemente no Acesso. Saudar a Conselheira Claudete, foi muito produtiva a  
49 visita e conhecer um pouco do trabalho dá Acesso. Eu acho que é sempre enriquecedor a  
50 gente ouvir um pouco e entender como se dá os trabalhos, os processos. Isso, sem  
51 dúvida, em nada modifica a postura da conselheira, que a gente respeita a posição dela  
52 perante este Conselho, mas é sempre muito produtivo a gente poder conversar e entender  
53 um pouco mais as necessidades, os anseios, os trabalhos da entidade. Eu acho que foi  
54 muito bacana essa visita. Então, eu acho que a gente faz a votação da ata. Questão de  
55 Ordem? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
56 **Quatro – RGP. 5:** QUESTÃO DE ORDEM. Boa tarde, Conselheiros. Meu Presidente,  
57 quero propor passar a pauta 04, passar Comunicação em primeiro, depois da votação da  
58 ata. É importante, até porque tem jogo do colorado, o pessoal vai embora... Do Grêmio?  
59 Então, esta é a minha proposta. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**  
60 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu ia propor a vocês, como a gente  
61 não teve a última reunião na semana passada em função da audiência pública, a gente  
62 transferiu, deu uma acumulada um pouco nos processos. Realmente, na sequência a  
63 gente vai ter o jogo, enfim, pode ser que desqualifique o *quorum*, eu gostaria que talvez a  
64 gente avançasse um pouco, como a gente não teve a reunião, acumulou processos e a  
65 gente sabe que vai ter alguns pedidos de vista, enfim. É minha sugestão, fica aberto aqui  
66 para vocês, a gente avançar um pouquinho nos processos e depois deixa mais aberto,  
67 porque como a gente tem horário, lembra que nós combinamos: a gente começa às 18  
68 horas, mas fica até às 20 horas. Então, como a gente não teve na semana passada que a  
69 gente pudesse avançar um pouco nos processos, na sequência a gente abria para  
70 Comunicações. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
71 **Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Secretário, eu estou pedindo a inversão de pauta...  
72 (Manifestação fora do microfone). Não, não é sempre, Maristela! Primeiro, quero  
73 cumprimentar o Secretário e a sua equipe, a Patrícia e os demais servidores pela reunião  
74 muito produtiva de hoje à tarde, esclarecedora. Eu acho que é um bom início de diálogo e  
75 democratização da informação para a cidade, que os Joãos e Marias poderão participar da  
76 discussão do plano. Quero saudar e cumprimentar sua equipe. Segundo, por que eu  
77 solicitei a inversão de pauta? Porque nós estamos prestes a ter uma mina a céu aberto em  
78 5 mil hectares na Cidade de Guaíba... Na Cidade de Eldorado, melhor dizendo, corrigindo.  
79 E teve uma audiência pública no Ministério Público, onde foram colocadas todas as  
80 preocupações, mais de 500 pessoas estiveram presentes e todas se manifestaram. Foi um  
81 evento muito importante, esclarecedor e eu convidei o Everton Lacerda, que é de uma  
82 entidade, ele vai se apresentar e gostaria que ele pudesse usar 5 minutos em nome da  
83 RGP. 01. E também, amanhã, na Câmara de Vereadores, estará sendo votado o PLC-  
84 1618, que é o PLC que permite ao prefeito privatizar, permutar sem enviar a lista dos  
85 imóveis para ser vendido ou privatizado. Então, é importante que a população saiba disso  
86 e nós fazemos parte do Movimento Porto Alegre Não Está à Venda, Porto Alegre não é  
87 mercadoria. E nós não somos contra a utilização dos espaços públicos, mas nós queremos  
88 uma ampla discussão com a sociedade, audiência pública, para que a gente possa ver o  
89 que pode ser utilizado pela sociedade em créditos, postos de saúde, melhor utilização das  
90 escolas. Inclusive, uma área que está para ser cedida é da Mirabal. Então, sendo da  
91 Mirabal é uma entidade que presta serviço à mulheres vítimas de violência, é um trabalho  
92 magnífico que as pessoas realizam e estão arriscadas a perderem seu espaço. Então,  
93 queria a inversão de pauta e obrigado pelo espaço. **Germano Bremm, Presidente e**  
94 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,  
95 Conselheiro. A gente vota na sequência a inversão de pauta. De fato, eu gostaria que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

96 gente avançasse um pouco nos processos, mas eu acho que de repente a gente  
97 invertendo a pauta tenta sintetizar, ser rápido, a gente reduz para não ficar, porque  
98 semana passada a gente abriu, ficou discutindo, depois não tem tempo para votar. Eu  
99 coloco em votação, antes da inversão, a Ata 2812/2019. **2. VOTAÇÃO DA ATA 2812/2019.**  
100 Votos favoráveis? (Contagem de votos = 19 votos). Votos contrários? (Contagem de votos  
101 = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A ATA.**  
102 Então, em votação a inversão de pauta, o período de comunicações. Votos favoráveis?  
103 (Contagem de votos = 14 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos).  
104 Abstenção? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A INVERSÃO DE**  
105 **PAUTA.** Eu pediria, a gente coloca em votação a fala do Everton, representante das  
106 entidades. Favoráveis à fala do Everton? Votos contrários? Abstenções? **APROVADA A**  
107 **FALA.** A gente dá um tempo dele de 05 minutos? Depois vamos reduzir repente o nosso  
108 tempo para 02 minutos. Pode ser? Perfeito. **4. COMUNICAÇÃO. Everton Lacerda:** Boa  
109 noite a todos. Em primeiro lugar obrigado pelo convite e pela oportunidade de falar aqui  
110 para vocês. Eu vou deixar passando o material, para fazer a volta se puderem, por favor.  
111 Como o tempo é curto e para não esquecer, o principal objetivo de eu estar aqui, de nós  
112 estamos construindo o Comitê de Combate a Megamineração no Rio Grande do Sul e  
113 neste espaço é pedir para que vocês nos ajudem a trazer uma audiência pública oficial  
114 dentro da FEPAM, da Mina Guaíba aqui em Porto Alegre. Teve audiência pública no  
115 Ministério Público, teve na OAB, teve na Câmara de Vereadores, mas a audiência pública  
116 que nós precisamos é da FEPAM, que vocês ajudem a interagir que este Conselho possa  
117 chamar e pedir essa audiência pública aqui em Porto Alegre, seria muito importante. O que  
118 nós achamos? A Mina Guaíba, em especial, é muito grande e vai impactar, certamente, é  
119 o que nós temos defendido em várias palestras, em debates com a própria empresa  
120 COPELMI, junto à FEPAM, que vai impactar a água do Guaíba, vai impactar o lençol  
121 freático que abastece os níveis e que mantém os níveis de água. Isso foi mostrado pela  
122 própria empresa que eles vão mexer no lençol freático. E o nosso grande medo é o risco  
123 que isso pode causar para o Jacuí, que ainda é o único rio que traz água limpa para o  
124 Guaíba. Então, a gente acha que Porto Alegre precisa debater isso nesse primeiro  
125 momento, é o mais importante que a gente pede para vocês. Existe aqui o manifesto do  
126 Comitê de Combate à Megamineração, eu deixei uma dessas com Conselheiro Felisberto,  
127 se ele puder depois, e vocês querendo, fazer cópias e entregar. Também deixei uma cópia  
128 do nosso formulário, onde estamos coletando assinatura contra a megamineração no Rio  
129 Grande do Sul, porque nós acreditamos que nosso estado tem potencial para atrair  
130 investimentos e empregos de melhor qualidade do que o da mineração. E falando em  
131 tempos de aquecimento global, emissões de CO2, queimadas, enfim, todos os problemas  
132 ambientais, a gente perde o apoio de vocês, principalmente nesse sentido. Bom, eu fico à  
133 disposição para perguntas, eu não sei como está meu tempo, mas se tiver alguma  
134 pergunta que eu possa responder. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**  
135 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente abre para manifestações,  
136 02 minutos, se alguém tem alguma dúvida, enfim, comentário. **Rogério Dal Molin (2º**  
137 **Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite,  
138 palestrante. Everton, a quantos quilômetros ficaria essa mina do Centro de Guaíba e do  
139 Centro de Porto Alegre? Essa Mina Guaíba. **Everton Lacerda:** A informação da própria  
140 empresa é que fica entre 15,16 a 20km no máximo de Porto Alegre, dependendo do ponto  
141 que pegar ali. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção**  
142 **Civil – SINDUSCON:** Do Centro de Guaíba é mais perto ainda? **Everton Lacerda:** Sim.  
143 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: A**



144 importância dessa discussão para a Cidade de Porto Alegre é que é necessário o  
145 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental também se manifestar sobre  
146 isso, porque envolve área de captação da água para os porto-alegrenses beberem. Além  
147 disso, o tamanho dessa mineração a céu aberto é mais de 5.000 hectares. Além disso, ela  
148 é feita sobre cavas, que são aberturas e cada cava vai a uma profundidade de 100m para  
149 extrair o carvão. Além disso, o perigo disso é que além de extração do carvão há todo o  
150 problema da fuligem ou da chuva que poderá ser feita. E pasmem, em volta da extração  
151 vão construir, e aí me corrija a quem estiver lá, depois o Everton também pode me ajudar,  
152 vai ter um tipo de construção, de um muro, com 10m de altura. E, além disso, fora dessa  
153 proteção, terá ainda um dique de 5m de altura. Aproximadamente, acho que uns 100, 150  
154 metros do Rio Jacuí. Então, é muito séria a instalação dessa mina em Eldorado, hoje estão  
155 lá muitas pessoas tentando evitar a aprovação do Plano Diretor de lá, que permite a  
156 instalação da mina em Guaíba, permite que haja uma área. Além disso, a área onde vai  
157 ser instalada é uma área de lençol freático, é uma área com muita água. E poderá  
158 prejudicar até a plantação de arroz orgânico de Nova Santa Rita. Então, um problema  
159 muito sério, vai contaminar o ar e há um trabalho do professor Roaldo Menegatti, que é  
160 responsável pelo Atos Ambiental, que “delemole” o lado escuro do carvão. Então, eu  
161 queria propor a este Conselho que a gente pudesse trazer essa explanação do professor  
162 aqui, Secretário, para que a gente pudesse ver. Então, eu acho que é um tema que  
163 envolve geração e, pasmem, vou dizer de novo, a alegação deles é que vai gerar em torno  
164 de 3 mil empregos, mas o dano ambiental é muito maior do que a geração de 3 mil. E vai  
165 afetar quatro gerações, e a exploração é só por 30 anos! Isso é uma ironia que estou  
166 fazendo – só por 30 anos! Então, eu quero agradecer o espaço, Secretário, e colocar aos  
167 Conselheiros, o Campani estava lá, a Claudete estava lá, o Hermes estava lá. Eu acho que  
168 os colegas poderão complementar, porque o Campani é área, o Hermes também. Eu sou  
169 apenas um advogado, né, mas gostaria que isso fosse um tema que viesse a este  
170 Conselho. Obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de**  
171 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa tarde a todos. A ABES em si ainda  
172 não tem uma posição, a ABES está fazendo essa discussão, já levou para dentro da sede  
173 técnicos da empresa, técnicos contrários ao assunto. Então, o posicionamento que vou  
174 trazer aqui é um pouco mais enquanto cidadão da Cidade de Porto Alegre e trazer alguns  
175 considerandos. Na década de 80 o Professor Oscar Corbela que organizou, fundou na  
176 UFRGS o Núcleo de Energia Solar, hoje o Professor Arno Krenzinger é titular desse  
177 núcleo. Propôs ao Ministério de Energia, na época... Não me vem o nome do ministro  
178 daquele período, uma pequena usina hidrelétrica no Campus do Vale da UFRGS. Na  
179 época o Aureliano Figueiredo Pinto, ministro, negou. Lógico que não foi ele, mas o corpo  
180 técnico negou, porque o Brasil não precisava pesquisar energia solar, o Brasil tinha energia  
181 hidrelétrica em quantidade, não precisava pesquisar energia solar. Para nós na época foi  
182 muito lamentável, porque hoje a gente sabe que a energia solar é a energia limpa que tem,  
183 a eólica vem logo em seguida, mas posições que nem essa no passado nos levaram hoje  
184 a que a energia solar na nossa matriz energética seja zero vírgula alguma coisa. Essa  
185 posição foi reafirmada durante muitos governos. A energia eólica também era a mesma  
186 visão, mas de repente o governo federal, a Eletrobrás lançou, se eu não me engano, eu  
187 não sei chegou a ser quatro, eu tenho certeza de três editais incluindo a possibilidade de  
188 compra de energia a partir da energia eólica. Hoje a energia eólica no Brasil, o potencial  
189 implantado está em torno de 15%. Do total que a gente consome de energia por dia  
190 poderia ser abastecido 15%. A gente já teve um recorde do Brasil, se eu não me engano  
191 chegou a matriz energética em um determinado dia a 12% com fonte eólica. Então, são



192 dados que nos alertam para que a tal energia alternativa, eólica, solar, que são bem mais  
193 limpas do que o carvão, que é a energia de dois séculos atrás, hoje propalado como uma  
194 fonte energética. Também, só para concluir, o Professor Corbela na época levantava um  
195 dado que era bem interessante, que ficou na minha cabeça, eu quero recalcular  
196 especificamente para este empreendimento, mas aí tem que parar aqueles minutinhos e  
197 pensar, né. A Itaipu, para se fazer a Itaipu tem um lago, um sétimo da área do Lago de  
198 Itaipu coberto de coletores solares, na época que tinha 10% somente de rendimento, hoje  
199 os coletores solares já estão com 20%, produziria a mesma quantidade de energia de  
200 Itaipu. Então, eu acho que esses 5 mil hectares ou 4 mil hectares que tem aqui ao lado, se  
201 a gente cobrir com coletores solares... E a mina são 23 anos só de exploração, daqui 23  
202 anos a gente vai ter uma grande dor de cabeça ali, por mais que a empresa seja séria, por  
203 mais que a empresa seja idônea, que faz um ótimo trabalho, vai ser para o resto da vida  
204 uma dor de cabeça, porque os resíduos da mineração e provavelmente da queima, se for  
205 feito, vai ficar todo ali. Como aquilo vai se comportar ninguém sabe. Então, são 23 anos de  
206 produção de energia e, provavelmente, se a gente cobrir aquela área com coletores  
207 solares a gente vai produzir muito mais energia para o resto da vida. Obrigado pelo  
208 posicionamento dessa dúvida. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão  
209 de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu acho que a minha colocação, para dar  
210 continuação aos meus colegas, é trazer esse professor aqui para explanar e a gente poder  
211 discutir. Então, não tem como falar sem ver como é a situação. Eu acho que isso é uma  
212 coisa muito perigosa e tem que ser discutido muito bem, porque mina de carvão hoje,  
213 nesse momento, ao lado de uma cidade não serve mais. Isso matava os negros no  
214 passado, porque era mina de carvão, foi o maior banditismo que houve lá. Eu também  
215 gostaria de deixar de minha parte do banditismo que está havendo na Amazônia. Não é  
216 impossível essas queimadas continuarem, esse Governo Federal fechando os olhos e  
217 deixar acontecer. Tem que colocar o exército nas fronteiras, combater esses bandidos,  
218 porque é banditismo queimar a Mata Atlântica no Amazonas. Eu gostaria de tirar um  
219 repúdio aqui do Conselho para isso, porque neste momento nós estamos sofrendo um  
220 impacto muito grande dos outros países, envolvendo esse banditismo dessas queimadas.  
221 **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:**  
222 Quero reforçar a importância de que seja debatido neste Conselho pela questão, bom, é  
223 uma mina que está prevista há 16km do centro da cidade, das áreas mais densas da  
224 cidade. Então, portanto, é muito mais perto do que muitas áreas da própria cidade. Então,  
225 ainda que seja um problema metropolitano tem um impacto direto na questão urbana,  
226 intraurbana da cidade, cabe ao CMDUA avaliar. Em que pese aí todos os avanços que  
227 possa se ter na área de extração e na área da própria queima do carvão, parece, aponta  
228 aqui neste folheto alguns impactos já reais, implantou já começa a acontecer esses  
229 impactos, como a perda de um das principais plantações de arroz orgânico. E hoje em dia  
230 a gente ter essa possibilidade de ter um cinturão verde em torno de uma cidade de 1,5  
231 milhões de habitantes... Olha, dá para contar nos dedos a cidade que pode olhar para si e  
232 dizer - Temos esse patrimônio para a gente. E se coloca isso em risco. Fora esses  
233 impactos já colocados, a partir do próprio projeto, do próprio EIA RIMA, o risco de  
234 acidentes. Se a gente tem risco de acidente, por exemplo, já que o Conselheiro Paulo  
235 Jorge colocou a questão da Amazônia, queimou a Amazônia às quatro da tarde, fez noite  
236 em São Paulo. Há quantos e quantos milhares de quilômetros de distância? Nós estamos  
237 falando de 16 km. O que aconteceu com a Vale, o que aconteceu com a outra represa,  
238 represa cai e olha o impacto que deu em todo sistema hídrico, em toda aquela bacia do rio.  
239 Quilômetros e quilômetros de novo. Então, a importância da gente olhar para o que está



240 acontecendo a 16 km. Se é na outra cidade, não importa, o impacto é real dentro,  
241 intraurbano. Portanto, é um tema fundamental para o CMDUA. **Hermes de Assis Puricelli**  
242 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu  
243 também queria dizer que a nossa entidade não tem uma posição ainda, eu estou trazendo  
244 a nossa avaliação em conversas informais, também a minha presença na audiência  
245 pública. E o que mais me impressionou, teve conversas e debatedores que têm toda a  
246 autoridade para falar do assunto, o assunto é polêmico; mas o que me impressionou foram  
247 dois palestrantes. Primeiro, o Luis Roberto Ponte, todo mundo conhece, Presidente da  
248 Sociedade de Engenharia, com seus 82 anos, com a experiência. Ele fez uma  
249 argumentação a favor da economia do lugar, o que significa para a economia do Rio  
250 Grande do Sul, mas sem nenhum dado técnico, aquela coisa de que tem que trazer  
251 emprego, aquilo que a gente sempre ouve, inclusive, nas discussões dos nossos  
252 processos aqui. Enquanto isso, o Auditor Fiscal João Carlos Ladens, ele fez uma palestra  
253 que eu considere para rebater os argumentos contrários a essa mineradora, que eu fiquei  
254 impressionado e chocado. E são argumentos, ele apresentou a legislação, apresentou  
255 argumentos técnicos. A mineração no Brasil praticamente não paga imposto. Então, ele  
256 concluiu dizendo praticamente o que vai ter de retorno é o fundo de garantia, são coisas  
257 insignificantes. Existe uma isenção, é impressionante. Eu acho que isso aí para quem vai  
258 formar uma opinião é bom que a gente se informe para que não caia de “peixinho”  
259 achando que vai ser alguma coisa monstruosa para a economia do Rio Grande do Sul, o  
260 que não é. Então, todo aquele ouro que foi roubado a pouco lá no aeroporto de Campinas,  
261 aquilo lá estava saindo de graça do Brasil. As mineradoras vêm aqui, tiram e praticamente  
262 é zero, são muitas intenções. Para concluir, para reforçar essa tese é só olhar para o  
263 Estado de Minas Gerais. O Estado de Minas Gerais é riquíssimo, todo mundo sabe que as  
264 maiores minerais saem de Minas Gerais. Hoje o Estado de Minas Gerais e as cidades  
265 onde tem as mineradoras, o Estado de Minas Gerais hoje eu acho que é o estado mais  
266 endividado do Brasil, mais que o Rio Grande do Sul. Se fosse tão bom assim deveria ser  
267 um estado rico, afinal de contas tem todos esses impostos da mineração; mas isso eu  
268 estou trazendo para que a gente discuta. Eu não estou trazendo uma posição, mas essa  
269 palestra foi muito boa muito, muito esclarecedora e é um auditor fiscal, que não fez uma  
270 palestra sem dados, como fez o Ponte, defendendo a economia do Rio Grande do Sul, que  
271 os empresários... Na verdade, não é bem isso o que ele disse, não é verdade em síntese.  
272 **Obrigado. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:**  
273 Na verdade, nós temos neste momento uma grande mineradora a céu aberto, né. E aí eu  
274 posso com isso, já foi dito aqui também, a pergunta, por exemplo, do representante do  
275 SINDUSCON, da questão da distância de Porto Alegre, enfim. Imagina-se o que vai  
276 impactar no mundo essa questão da biodiversidade. Lá nessa grande carvoeira lá na  
277 Amazônia, né, que é liderada pelo Presidente da República, que a gente sabe disso, e  
278 também tem uma disputa de milhões lá, disputas de fundos de investimentos naquela  
279 região a liberação dos agrotóxicos, enfim. Aí eu venho aqui pertinho de nós, pegar, por  
280 exemplo, a questão da exportação do arroz orgânico, a maior exportação que a gente tem  
281 para a Europa. Tem a questão dos assentados lá da Cooperativa dos Trabalhadores  
282 Assentados da Região, que é COTAP, que pega ali as regiões de Tapes, Santa Rita,  
283 Viamão, que é superdisputada na comercialização internacional, que é um dos cartões-  
284 postais e hoje nós somos o ridículo dos postais do mundo, sendo ridicularizados por todo  
285 mundo por essa grande carvoeira incentivada pelos madeireiros e a disputa que existe,  
286 que nós estamos vivendo. Aliás, uma barbárie sem tamanho, vergonhosa, vontade de...  
287 Nem vou dizer o termo, porque nós estamos em uma reunião pública. Então, a gente fica



288 um pouco exacerbado, mas eu participei em Assunção, ainda lá em 2001, eu lembro do  
289 acordo, o Quadros era delegado, era suplente de delegado, o nosso querido Brasil através  
290 da Câmara de Vereadores. E aí eu lembro que a China e os Estados Unidos, que  
291 destruíram praticamente quase todas as suas florestas, seus mananciais. Eu vou pegar  
292 dois polos para dizerem que eu sou comunista, que só defendendo o comunismo aqui. Vou  
293 pegar os dois piores polos de exemplos no mundo, a exemplificação especial é essa  
294 questão do carvão. Vocês vejam que eles não têm mais energia, agora é a China, como  
295 vai disputar? Tu vais chegar para o prefeito dele e – Não faça isso! Então, só depende de  
296 nós mesmos, porque, inclusive, há uma sedução muito grande em relação a isso. Não dá  
297 para entrar no médico por causa do curto tempo que nós temos. Nós estamos pleiteando  
298 essa audiência pública, agora também pela Assembleia Legislativa, eu trabalho lá na  
299 Assembleia também, e a gente vê que ali próximo também tem a questão das  
300 comunidades de pescadores, as comunidades Guaranis e os nossos filhos, né. Então, não  
301 é a questão, é muito perto de Porto Alegre e é muito perto de todos nós. Então, é sim um  
302 problema de todos nós, que estamos vivenciando e nós, mais uma vez, né, vendo 500  
303 metros de área de preservação ambiental há 1 km do Parque Estadual do Delta do Jacuí  
304 com essas emissões atmosféricas e a qualidade de água, o quanto todos nós estamos  
305 sendo atingidos. Muito obrigada. Por enquanto era isso. **Claudete Aires Simas (Titular),**  
306 **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A Acesso e Cidadania vem  
307 acompanhando esse tema através do Conselho Estadual de Direitos Humanos. Houve  
308 várias denúncias, na verdade, e que aportaram no Conselho Estadual. Só olhando por  
309 cima os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, que fez parte, na verdade,  
310 do memorando, só olhando dois aqui por cima, eu digo no que exatamente isso está  
311 altamente relacionado com a nossa função aqui. O objetivo número 02, que fala entre  
312 outras coisas em promover a agricultura sustentável. E uma das denúncias que se ouviu é  
313 a questão do arroz orgânico, que a Maristela colocou, e o objetivo número 06, que é  
314 assegurar a disponibilidade de gestão sustentável da água e saneamento para todos. Uma  
315 das maiores preocupações que apareceu no painel foi com relação à possibilidade, o risco  
316 altamente grande de se contaminar as reservas, porque Porto Alegre não tem para onde  
317 recorrer se for contaminado o nosso reservatório de água. Eu acho que não é um ponto só,  
318 talvez o Roaldo, que fez uma excelente explanação o IAJ e o fiscal fez, mas eu acho que  
319 tem vários pontos que eles se correlacionam com a nossa atuação aqui. Eu até fiquei  
320 muito curiosa, não vi naquele dia lá no Ministério Público, inclusive, talvez o Everton possa  
321 nos colocar alguma questão sobre isso, em que medida isso está afetando o Plano Diretor  
322 de Eldorado do Sul. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação,**  
323 **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento**  
324 **Participativo – HOCDUA/OP:** Bem, eu não acompanhei o assunto, mas em relação à  
325 FEPAM, esse processo já foi protocolado na FEPAM? Qual é a posição do Governo  
326 Estadual em relação a isso? Porque a gente está trazendo um problema que nem foi  
327 gerado ainda, né. Então, já tem uma preocupação antecipada deste grupo de  
328 mobilizadores aqui, que eu estou vendo que é bastante gente que está envolvida nessa  
329 situação. Então, é uma questão, tem que ver a posição da FEPAM, se a FEPAM não quer  
330 nem fazer audiência pública, então, deve ter uma posição favorável à proposta. Então, a  
331 maior preocupação é o próprio governo estadual. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente**  
332 **e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada,  
333 Conselheiro Emerson. Sendo concluído o período de comunicações, a gente passa a  
334 Ordem do Dia. Eu acho importante o debate, enfim, a gente vai amadurecendo no tema.  
335 Acho que tu fazes uma complementação final. **Everton Macedo:** O pessoal em Eldorado



336 do Sul estava comentando agora, não tenho maiores detalhes, eu estava no telefone  
337 quando vocês me chamaram aqui para eles me informarem. Teve só um voto lá contrário à  
338 alteração do Plano Diretor. E pelo que o pessoal tem nos dito, a forma como ficou alterado  
339 o Plano Diretor, é possível que a administração, que o poder público possa permitir a  
340 utilização, a extração do solo sem a interferência da comunidade. Mas isso é por cima o  
341 que eu sei. Ele tinha me falado ontem à noite, parece que foi aprovado. Bem, são mais 100  
342 entidades envolvidas, tem mais do que essas aqui. E o nosso grande pedido a vocês é que  
343 simplesmente tragam o debate para Porto Alegre, dentro do processo da FEPAM.  
344 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
345 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Eu sugiro, o pessoal traz aqui para nós, a gente  
346 faz um dia sem pauta debater, a gente fazer essa marcação, mas eu acho que como não  
347 teve na semana passada, que não fosse já na próxima, que a gente conseguisse avançar  
348 um pouco na pauta, até porque nós temos uma programação na próxima reunião de vir  
349 aqui com a equipe do plano, que a gente se comprometeu hoje mais cedo com as regiões  
350 de planejamento, para dirimir os pontos de metodologia, de como vai funcionar a questão  
351 da inteiração, da sociedade. Enfim, para a gente fazer essa rodada mais profunda de  
352 Plano Diretor, que a gente havia se comprometido também lá na outra reunião, aí na  
353 sequência a gente faz essa agenda, um dia sem pauta. Até agora, eu acho que em função  
354 do plano de fato e das oficinas, como o pessoal sugere nós vamos fazer com mais  
355 frequência. Claro, sem descuidar, necessariamente, da pauta, para não atrasar. Enfim,  
356 acho que a gente tem que organizar o fluxo e fazer essas discussões. A gente agradece a  
357 fala do Everton, que aqui muito nos esclareceu. Passamos, então, a Ordem do Dia. **4.**  
358 **ORDEM DO DIA.** O Item 4.1 da pauta não retornou da Procuradoria Geral do Município.  
359 Eu até externo a vocês aqui uma discussão que foi levantada por este Conselho, o próprio  
360 governo está avaliando, com relação à primeira aprovação do projeto de lei da Câmara de  
361 Vereadores, antes da aprovação do Conselho. O que é legítimo, porque de qualquer sorte,  
362 se aprovasse no Conselho, necessariamente, no próximo momento teria que ficar  
363 esperando o projeto para aprovar na Câmara. Então, se há uma discussão que, enfim,  
364 pode gerar alguma dúvida, talvez que a Câmara vote primeiro. Isso eles estão avaliando,  
365 acho que por isso que está atrasando também o retorno aqui do processo pautado. O item  
366 4.2 da pauta, Conselheira Claudete. (Manifestação fora do microfone). Ele comenta de  
367 tirar, se a decisão for do governo em relação a aguardar o projeto, a gente pode retirar,  
368 não há problema. A gente construindo, avaliando isso. O Expediente 19.0.00040017-6.  
369 Conselheira Claudete e Conselheira a Maristela, tem que apresentar o relato do pedido de  
370 vista. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**  
371 **ACESSO CDH:** Em colaboração aos colegas, vou fazer de forma bem sintética, junto por  
372 escrito. Eu sugiro, na verdade, um caminhar de diligência, inclusive, eu fiz um contato  
373 com a Procuradoria do Patrimônio Público, relatei o caso e perguntei qual seria o  
374 entendimento deles. Eles entendem que esse expediente, na verdade, como não existe  
375 uma definição se o bem é público ou se o bem é privado, que poderia, que deveria, como  
376 já consta dos autos, deveria passar para lá para uma apreciação. A gente tem uma lei  
377 municipal, a 10.222/2007, que fala que essas servidões de passagem deveriam ser  
378 desafetadas. Então, eu tenho um questionamento se isso é desafetação ou desgravame.  
379 Então, se é desafetação não seria nem nossa competência aqui no conselho. Se é  
380 desgravame, aí sim, estaria dentro da nossa competência. Eu tenho também uma notícia,  
381 que a prefeitura, saiu há dias atrás que a prefeitura fez um grupo de trabalho exatamente  
382 para apurar e fazer um pente fino nos imóveis do município. Eu entendo que as servidões  
383 possam se incluir aí para verificar a situação. Então, acho que não caberia a este Conselho



384 adotar um posicionamento de desgravame, porque é um dos requisitos iniciais, até se  
385 fosse um caso de loteamento a gente grava para depois registrar na matrícula se o bem é  
386 público. Então, não caberia nós fazermos uma votação ou encaminhamento se a gente  
387 não tem algo que é anterior, precedente. Então, esse é o meu pedido de diligência.  
388 **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu  
389 gostaria de endossar o posicionamento da Acesso, tendo em vista também que não há  
390 uma definição da área em relação à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. E acho que  
391 nesse sentido nós temos que ter muita responsabilidade, porque nós vamos estar  
392 avaliando algo que realmente nós não temos a ciência necessária. Eu acho que quem tem  
393 expertise para nos trazer de volta. Então, portanto, a questão da diligência é fundamental e  
394 nós assinamos embaixo em relação a isso. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente  
395 e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Diligência à  
396 Procuradoria Geral do Município. Eu só ressalto, não há problema que tenha uma  
397 manifestação, tem a Nota Técnica 65/2019 da Procuradoria, que, necessariamente, antes  
398 de vir para a Dra. Eleonora Brás Serralta manifestou a concordância de encaminhamento.  
399 Se vocês acham... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos  
400 Humanos - ACESSO CDH:** Só tem que fazer um pequeno adendo, Secretário. Tem Nota  
401 Técnica 223/2018, que diz assim: “O pleito deve ser submetido à Procuradoria do  
402 Patrimônio Domínio Público desta PGM por competência. É isso que refere a Nota Técnica  
403 223/2018. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da  
404 Sustentabilidade - SMAMS:** Essa nota técnica é de quem// **Claudete Aires Simas  
405 (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Da Procuradoria  
406 Setorial de Licenciamento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do  
407 Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Uma posterior a essa nota técnica, é  
408 anterior? Estamos verificando, porque a gente tem a Nota Técnica 66/2019. Não sei se é  
409 da Dra. Eleonora. Conselheira Claudete, a data tem aí? **Claudete Aires Simas (Titular),  
410 Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Depois uma outra manifestação  
411 de um técnico, que diz: “É necessário definir a questão para o encaminhamento que deve  
412 ser dado, desgravame ou desafetação”. Então, tem duas manifestações técnicas nesse  
413 expediente, que diz: “Antes de qualquer encaminhamento”. Primeiro, é necessário esse  
414 esclarecer público, até porque se for público o procedimento é distinto. **Germano Bremm,  
415 Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
416 Então, a gente encaminha vista para a Procuradoria, formulando essa diligência. Eu acho  
417 que o teu questionamento está bem claro, Claudete. O item 4.03, foi redistribuído para o  
418 Conselheiro Paulo Jorge, em função de uma questão levantada pelo CAU, que a gente  
419 está aguardando a resposta da presidência lá, nós aqui, internamente, também pedimos  
420 suporte da Procuradoria para nos orientar com esse posicionamento, enfim, porque o  
421 conselheiro relata que são impedidos de fazer relatos. Enfim, a gente vai avaliar. Estamos  
422 esperando o posicionamento da presidência lá para a gente também ver aqui como é que  
423 a gente opera. De repente o conselheiro faz os esclarecimentos para o grupo. **Emílio  
424 Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul –  
425 CAU/RS:** Basicamente, o fato de fazermos um tipo de relatório técnico, com respeito a um  
426 associado, favorável ou contra a tal tipo de projeto, não compete ao CAU neste momento.  
427 Isso é uma fase posterior à parte de fiscalização que nós não podemos entrar. Nesse  
428 sentido, foi orientado o corpo jurídico do CAU para se manifestar, efetivamente, se é  
429 possível ou não se manifestasse nesse momento. É nesse momento se encontra com  
430 eles, encontrando a sustentação jurídico para poder dar uma resposta. **Germano Bremm,  
431 Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**



432 A gente fez reflexão. Eu acho que é bem superável do ponto de vista jurídico esse ponto,  
433 até a nossa ideia para não atrasar, como surgiu essa questão da gente retribuir, enquanto  
434 a gente avalia internamente. Eu acho que de fato não é o caso, em tendo assento no  
435 conselho e o conselho sendo deliberativo, ele teria que necessariamente se manifestar;  
436 mas eu acho que no ponto de vista jurídico é bem fácil de clarear isso. **Claudete Aires**  
437 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só fazer um  
438 comentário, na sessão passada o Emílio havia comentado essa questão do CAU se  
439 declarar impedido. Eu até fiquei ponderando e fui olhar. Na verdade, nós não podemos  
440 esquecer que este Conselho tem 14 atribuições, analisar expediente é apenas uma das  
441 atribuições. Então, não cabe nós dizermos que não tem sentido, Hermes, porque aí nós  
442 estaríamos dizendo que a nossa função aqui é só analisar experientes, e não é. Então, nós  
443 temos, na verdade, outras atribuições e o posicionamento que eu entendo, juridicamente,  
444 que ele pode se declarar sim, por ser um órgão fiscalizador, juridicamente impedido de  
445 analisar o projeto; mas está apto e muito tem contribuído aqui neste espaço com as suas  
446 manifestações nas outras demandas que aqui tramitam. **Sérgio Saffer (Titular),**  
447 **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu sempre  
448 questioneei quando estávamos questionando quem estava apto ou não a participar do  
449 Conselho, na minha opinião acho que o CAU não devia participar do Conselho,  
450 particularmente. Então, se houver essa manifestação, eu acho assim, quando tinha um  
451 comitê eleitoral e estava escolhendo quem eram as entidades, tem várias atribuições. Uma  
452 delas não tem condições, não pode participar. Eu vejo assim. Então, se o CAU não puder  
453 desta vez e se ele vier com essa manifestação, é uma coisa que tem que rever na  
454 representação aqui dentro do Conselho. É assim que eu vejo, porque tu tens 10 itens que  
455 tem que participar. Esse é o critério, quem pode participar do Conselho? Ah, quem pode  
456 atender as 10 condições, não é que pode uma ou duas, ou pode todas, ou não pode. Essa  
457 é minha opinião. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
458 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acho que a gente nem polemiza tanto,  
459 porque é um ponto bem do ponto de vista jurídico, que eu acho que a gente consegue  
460 superar. Vamos avaliar. Então, independente aqui das nossas posições, vamos pegar uma  
461 manifestação jurídica que oriente com relação a isso e as implicações decorrentes a gente  
462 avalia na sequência. Só para a gente continuar na pauta, porque é polêmico, eu acho que  
463 todo mundo vai querer comentar. O Conselheiro Gomes abre mão da fala para a gente dar  
464 continuidade, o Conselheiro Hermes também. Então, o item 4.03 da pauta, foi redistribuído  
465 ao Conselheiro Paulo Jorge, da Região 05. Então, o item 4.04 da pauta, o Expediente  
466 002.33753001. Apresentação do relato da Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos**  
467 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde a todos. Bom,  
468 eu tenho um relato aqui do Expediente 002.337533001. Interessado Evaldi Wiebush  
469 Muller. Assunto: alvará de licença para construção de imóvel situado à Rua Deputado  
470 Austério de Mello, 690, Quadra H1 –Loteamento Residencial Vila São Caetano, Morro São  
471 Caetano, PAMECOR, com área de 248,78m2 com quatro pavimentos de alvenaria mista.  
472 (Leitura do parecer inserido no processo: parecer desfavorável à construção do imóvel  
473 citado). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
474 **Sustentabilidade - SMAMS:** A gente tem pedido de vista das Regiões 06, 05. Mais algum  
475 pedido de vista? SINDUSCON. A Dra. Gabrielle se coloca à disposição, porque é um  
476 processo físico, para poder disponibilizar a vocês. Passamos ao item 4.05 da pauta.  
477 Expediente 002.204794002. Clube do Professor Gaúcho. A gente tem o relato da  
478 Conselheira Patrícia, da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade. Nossa colega,  
479 por favor. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio**



480 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, pessoal, eu tinha preparado uma  
481 apresentação aqui, bem bonitinha, mas deu problema. Então, vamos dar andamento aqui.  
482 Então, o que é esse processo? É a aprovação do Estudo de Viabilidade Urbanística para a  
483 regularização de parte do Clube do Professor Gaúcho. Então, a partir desta aprovação ele  
484 se regulariza como um todo. O Clube do Professor Gaúcho tem em frente para Avenida  
485 Guaíba, 2060, localizado no Bairro Espírito Santo, na área de ocupação intensiva,  
486 Macrozona 5, Unidade de Estruturação 14, Subunidades 1 e 4. Ele é atingido... Eu queria  
487 pegar o mapa ali. Vocês sabem que ele está ali no Bairro Guarujá, do lado daquele  
488 Loteamento Ipanema e nos fundos está com o Zaffari da Juca Batista. Aí o Zaffari da Juca  
489 tem um compromisso de executar o viário lá na porção do fundo dele, que ele é atingido  
490 por essa diretriz. Então, está no compromisso do Zaffari isso. Ele também é atingido por  
491 uma diretriz ali no meio dele, mas como é um clube fica só atingido, fica com a sua área  
492 preservada, sem problemas, pode ser aprovado sem problema nenhum. Ele é composto  
493 por um conjunto de 18 edificações destinados a diversos usos, com área de 27.000 m<sup>2</sup>,  
494 junto ao calçadão de Ipanema e os traçados viários incidentes, que é a Engenheiro Otacílio  
495 Oliveira e Engenheiro Otávio Furtado. Conforme o parecer da SMDE ele tem área total de  
496 10.500 m<sup>2</sup>, onde buscam se regularizar 7.259 e do restante 3.291, já foram aprovados em  
497 1966. Salienta-se que o prédio térreo 342, de 342 m<sup>2</sup>, da biblioteca, é atingido por gravame  
498 futuro da Engenheiro Otacílio Oliveira, originado pela Resolução nº 1391/1991. Essa  
499 resolução visou compatibilizar a área incidente com este Loteamento Ipanema, que é  
500 aquele que está do lado. Sendo assim, para a execução do trecho citado restará  
501 desapropriação da área atingida, gerando divisão do clube em duas matrículas. Como isso  
502 é uma coisa para o futuro não é considerada neste momento. Não há previsão para  
503 execução desse gravame de traçado viário. A Rua Engenheiro Otávio Furtado, que é a dos  
504 fundos, como eu já tinha colocado, tem sua execução vinculada ao termo de compromisso  
505 do empreendimento localizado na Juca Batista, 925 está. Está em apreciação pelo Comitê  
506 Gestor e possui projeto aprovado geométrico. Por tratar-se de atividades sujeitas a  
507 licenciamento ambiental, após a regularização urbanística, que é o que está acontecendo  
508 aqui, é o processo de regularização urbanística, mediante a obtenção da carta de  
509 habilitação específica para atividade e alvará de prevenção e proteção contra incêndio,  
510 deverá ser requerida a licença de operação junto com a SMAMS. Da análise urbanística a  
511 SMDE reitera a sugestão de uma possível animação futura, de testada com a Avenida  
512 Guaíba, com algum tipo de ocupação de fachada ativa, tendo em vista que as atividades  
513 do clube ocorrem interiorizadas ao lote. Considerando os elementos acima citados, não  
514 vemos óbice à regularização do Clube Professor Gaúcho, conforme a planta apresentada.  
515 É isso. Eu estava bem mais preparada, mas, enfim. Eu vou passar para vocês, eu fiz uma  
516 cópia impressa da apresentação, vocês vão poder olhar os mapas. É isso, é uma coisa  
517 bem simples que passa pela necessidade do porte. Estamos aqui favoráveis à  
518 apresentação deste EVU. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
519 **Planejamento Seis – RGP. 6:** A Região 06 pede vista. **Germano Bremm, Presidente e**  
520 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ao  
521 conselheiro da SAERGS vista. Questionamentos? **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**  
522 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Um  
523 esclarecimento, Patrícia. Eles construíram sobre o gravame irregularmente, aí nós vamos  
524 aprovar e depois desapropriar? É isso? (Manifestação fora do microfone). Assim, depois  
525 diz que o município não tem dinheiro. A gente aprova uma construção irregular sobre um  
526 gravame, regulariza, depois quando a gente for desapropriar nós vamos pagar a área do  
527 terreno, mais a construção. Então, manda demolir agora e não paga depois. É uma coisa



528 lógica. Existem casos e eu conheço casos. Quando é um terreno pequeno até se entende  
529 que construa sobre o gravame, porque não tem alternativa, mas o Clube do Professor  
530 gaúcho todo mundo conhece, se é uma construção pequena eles mudam. É uma  
531 incoerência do município. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do**  
532 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** O Plano Diretor possui um artigo  
533 específico para esse tipo de situação, que é o art. 122, que possibilita que possa se ter a  
534 edificação dentro do que está escrito ali, do art. 122, incidente sobre o traçado viário. Ela é  
535 exatamente existe para a gente não precisar dispor dessas áreas, enquanto nós não temos  
536 interesse em executar. O que a gente tem sempre visto nessa questão quando são  
537 clubes? Os clubes, normalmente, têm uma área maior do que é a estruturação urbana do  
538 entorno, mas os clubes são elementos importantes na questão comunitária, todos têm sua  
539 importância. Então, a gente sempre tende a deixar enquanto ele está ali fazendo parte da  
540 estrutura, o seu tamanho intacto, na medida do possível. Então, isso tem acontecido com  
541 vários clubes que pedem regularização. E aí acontece, eventualmente, são atingidos, mas  
542 não vemos problema quanto a isso. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação**  
543 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A minha pergunta vai no  
544 sentido, não com o mesmo teor, mas o mesmo tema, tem passado por este Conselho  
545 vários de gravames, porque o empreendimento, porque isso, porque... Por vários motivos.  
546 Aqui nós temos um empreendimento que não é privado na acepção da palavra, porque ele  
547 tem um uso que é coletivo. Neste momento, inclusive, já passou pelo que eu saiba em  
548 audiência pública na Câmara Municipal, tem um projeto de lei para fazer o desgravame.  
549 Por que nós não aqui não podemos fazer o gravame? Tem algumas coisas que eu  
550 participei, assisti audiência pública para licença prévia da PUC, audiência prévia para a  
551 PUC. Alguém pretende mudar o Clube do Professor Gaúcho de onde está hoje? É  
552 histórico ali, faz parte da história do bairro, faz parte da história da cidade! Eu só fico com  
553 essa dúvida. Por que nós não fazemos o desgravame? Porque está mais do que  
554 consagrado na nossa cidade, já fizemos vários desgravames bem mais complicados do  
555 que esse. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
556 **Seis – RGP. 6:** A minha dúvida e o pedido de esclarecimento seria nesse sentido, se é o  
557 mesmo objeto do projeto que está na Câmara, de desgravame. Lá é só o desgravame e  
558 aqui é autorização para ocupar, com base no art. 122, para ocupar a diretriz. E daí ela  
559 esclarece depois que tem que fazer um termo de compromisso que vai demolir quando o  
560 município pedir, não é isso? (Manifestação fora do microfone). Eu já tive situações em que  
561 eu consegui da Prefeitura instalar transformador em área de diretriz, mas eu tinha o  
562 compromisso, se a abertura de rua foi feita deveria o proprietário em 30, 60 dias retirar o  
563 transformador e entregar. Eu estou pedindo vista exatamente para ver se eu consigo  
564 esclarecer algumas coisas, essas dúvidas que eu tenho. (Manifestação fora do microfone).  
565 É, ficou prejudicado para gente ver. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de**  
566 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** A 05 pede vista. **Patrícia da Silva**  
567 **Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade –**  
568 **SMAMS:** Este trecho que é o incidente sobre o Loteamento Ipanema. Esta via é a Otacílio  
569 Oliveira. Esta aqui vai acontecer, mas esta aqui não (*slide*). **Felisberto Seabra Luisi**  
570 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu tenho algumas dúvidas.  
571 É perto daquele projeto da Maiojama? Essa é a minha primeira pergunta. Então, eu acho  
572 que aquele processo está sob juízo, se não me falha a memória está sob juízo, houve  
573 até a suspensão do empreendimento. (Manifestação fora do microfone). Tudo bem, é outro  
574 processo, mas a abertura do gravame está para beneficiar esse empreendimento.  
575 (Manifestação fora do microfone). Calma, deixa eu terminar minha pergunta, não me



576 atropela. Tanto que teve audiência pública exatamente sobre esse gravame, como o  
577 Campani levantou. E não é um gravame, são dois gravames. É um mais abaixo e outro  
578 mais acima, na área do Clube do Professor Gaúcho. Então, eu pergunto não tem uma APP  
579 ali? Hein? Eu só quero saber, não tem uma APP? **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria**  
580 **Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Deixa eu tentar ajudar os senhores  
581 aqui. Além de ser representante aqui também, casualmente, eu fui o redator desse EVU,  
582 porque eu sou arquiteto e urbanista da SMDE, faço parte da CAUGE. O que eu queria  
583 esclarecer para vocês é o seguinte: o Clube do Professor Gaúcho está consagrado e tem  
584 duas incidências de rua, que é a Engenheiro Otacílio e a Engenheiro Otávio Furtado, mas  
585 acontece o seguinte, na matrícula do Professor Gaúcho, como a Patrícia estava falando,  
586 essas matrículas são tão grandes e atrapalham a estruturação urbana. Só que acontece o  
587 seguinte, essa edificação que está aqui, que os senhores podem observar, era a edificação  
588 que estava já edificada, uma edificação térrea, sem caráter de importância nenhuma, era  
589 uma biblioteca infantil do clube. E o gravame proposto pela Prefeitura veio após a  
590 edificação, até já esclarecendo para o Hermes, o gravame foi proposto após. O Professor  
591 Gaúcho entrou para regularizar sua situação. De acordo com o art. 122, do qual a Patrícia  
592 falou, a gente pode regularizar de uma maneira em que a identificação tenha limitações de  
593 altura, para que seja mais barata para o município em virtude de uma desapropriação. O  
594 que acontece? Tendo em vista esse Zaffari, a Otávio Furtado aqui atrás é uma  
595 contrapartida a ser feita pelo Zaffari. Só que essa rua não prejudica o clube, porque acaba  
596 a matrícula do clube com a rua. Então, é como se encurtássemos um pouquinho a área do  
597 clube e não tem nenhuma importância para o clube. Aqui sim haverá um problema para o  
598 clube, porque vai dividir a piscina, da bocha e tal, mas, enfim, a gente está pensando no  
599 bem melhor, a gente está pensando em uma estruturação urbana. A rua hoje termina de  
600 topo aqui, tem até uma entrada de funcionamento do próprio Professor Gaúcho feita por  
601 essa rua de topo. Esse gravame está aqui, porque o empreendimento da Maiojama que o  
602 senhor estava falando é vizinho, é lindeiro aqui, está é a área do empreendimento da  
603 Maiojama. Então, o que acontece? Essa estruturação é vital, não dá para a gente só  
604 circular em Porto Alegre, ou pela Juca Batista, ou pela Guaíba. A gente tem que andar  
605 também pelo meio, pelo miolo. Assim, como é vital para a gente e a gente sabe da questão  
606 do clube, nós estamos também analisando, como nós estamos com a análise também do  
607 Loteamento Ipanema, que é esse empreendimento aqui, a gente já colocou que a  
608 desapropriação não será paga pelo Município. Quer dizer, a gente vai de alguma maneira,  
609 assim como foi lá no caso da Anita, os custos serão do loteamento, hoje não há problema  
610 para o clube ter esse gravame, ele está ali acomodado;mas quando acontecer, tudo bem,  
611 vai ter um pequeno prejuízo na divisão do clube, mas o município não vai perder, o  
612 município só tem a ganhar, porque existe já um desenho desse loteamento em que a  
613 gente pede essa estruturação. Então, em termos de valores o município não perde. Agora,  
614 em termos de estrutura todos nós ganhamos de estruturação urbana, estruturação viária.  
615 **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** A  
616 pergunta é breve. Essa estruturação, essa rua que vem no sentido norte-sul vai passar  
617 pelo futuro loteamento e vai interligar com qual rua lá? Quer dizer, porque o importante é  
618 manter essa continuidade, mas em algum momento há uma ruptura dessa atividade?  
619 **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico –**  
620 **SMDE:** No desenho que já tem, até se desse para a gente abrir o Plano Diretor aqui, a  
621 gente pode tentar abrir aqui o Plano Diretor. (Manifestação fora do microfone). **Claudete**  
622 **Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A minha  
623 pergunta é bem simples, a pergunta é no sentido, o Patrick colocou que o município



624 ganharia na estrutura urbana, na verdade, na via urbana, na estruturação. A minha  
625 pergunta é no sentido: essa análises que tu fizeste, Patrick, é considerando a realidade  
626 existente ou projetando nesse loteamento que irá sair e ainda não existe? **Patrick Silva (2º**  
627 **Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Assim, esse  
628 desenho, esse gravame já está no plano. Então, o plano prevê, a gente faz um estudo, a  
629 gente tem um plano, a gente prevê para o futuro. Então, assim, a gente está apenas  
630 tentando cumprir o projeto do plano. Só que assim, como eu estava falando, hoje essa  
631 Engenheiro (rua) termina no clube, a gente não tem essa perda ainda de estruturação,  
632 porque não tem nada depois do clube, existe uma Mata Atlântica, que a gente chama, que  
633 está sub judice. Então, hoje a gente não tem estruturação porque isso aqui está nativo,  
634 mas no momento em que acontecer o loteamento... Olha (slide), aqui é a Engenheiro  
635 Otacílio. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**  
636 **ACESSO CDH:** Patrick, posso complementar a pergunta, já que tu me esclareceste a  
637 primeira. Então, atualmente, da forma que está não existiria prejuízo. E ambiental? **Patrick**  
638 **Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Tu  
639 dizes da Mata Atlântica? Eu sou urbanista, aí teria que ser com a SMAMS. **Felisberto**  
640 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A questão é  
641 muito séria, porque ela afeta um dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Eu não sei  
642 todos de cor. No momento em que ela atinge um objetivo, que é do desenvolvimento  
643 sustentável, não pode priorizar a estruturação urbana em detrimento do bem maior, que é  
644 o meio ambiente. Eu não ia pedir vista, mas em virtude da manifestação que ouvi a RGP.  
645 01 quer vista a este processo, até para fazer o contraponto. Obrigado. **Luiz Antônio**  
646 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então,  
647 ficou para vista: Regiões 01, 05, 06 e ABES. Conselheiros, dando sequencia, Item 4.06.  
648 Expediente: 002.286448.00.7. Interessado: Inovar Participação. Aprovação de EVU. Relato  
649 do IAB. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil –**  
650 **IAB/RS:** Eu vou ler o histórico e a análise. Aí eu apresento aqui, trouxe plantas  
651 topográficas e duas plantas do projeto de loteamento por parte do empreendimento. Vocês  
652 vão entender o debate aqui. (Leitura do histórico, inserido no processo). Essa era a  
653 proposta inicial de EVU. Já não é mais o que estamos analisando aqui. Só para ter uma  
654 ideia do que era o projeto com a gleba inteira. O que ele propõe em um segundo  
655 momento? Já estava em tramitação, ele retira de tramitação e entra com novo  
656 requerimento pedindo, através de ofício, a tramitação em duas fases. Eu vou explicar os  
657 pormenores adiante. Então, ele propõe uma gleba de 500 e pouco, mais de 1000 m<sup>2</sup>, outra  
658 de 250, mas projeto de loteamento hoje só sobre essa área. Essa aqui seria fracionada  
659 para ser, eventualmente, e nada garante, ser executada no segundo momento.  
660 (Continuação da leitura do histórico). Como vocês viram ali, este trecho daqui para cima  
661 não seria mais objeto, porque seria uma fase dois, ele fracionaria. Logo, toda essa parte  
662 aqui ele fica desobrigado a executar agora e não se sabe quando executaria em um  
663 segundo momento. Ou seja, antes, quando ele tramitava em uma única fase, haveria  
664 alguma segurança, inclusive, poderia se colocar como garantia, mesmo que ele fosse fazer  
665 em duas fases, colocasse que executasse agora. Ou seja, se garantiria a estruturação  
666 urbana, por isso que o nosso entendimento é, conclusões: “Após análise do processo  
667 conclui-se, a proposta de fracionamento para fins de loteamento causa agravamento do  
668 traçado viário e do regime urbanístico, posto que prejudica a execução de importante  
669 trecho das diretrizes previstas, em desconformidade com o caput do art. 152 do PDDUA. É  
670 entendimento deste relator que a melhor tramitação para que não se incorra no  
671 agravamento supracitado seria EVU em fase única e execução do loteamento em duas



672 fases, desde que a execução da diretriz viária completa seja parte de termo de  
673 compromisso na fase 1. Não nos parece adequado dar andamento de afracionamento  
674 para fins de loteamento sem a prévia manifestação de adesão ou não a Operação Urbana  
675 Consorciada Lomba do Pinheiro para toda a gleba”. O que acontece? Toda essa parte  
676 aqui, hoje pelo regime mínimo ela é apta à ocupação, isso dá uma gleba de no mínimo...  
677 Deveria parcelar com no mínimo 2.000 m<sup>2</sup>. Claro, ninguém pode obrigá-lo, não é isso que  
678 eu estou dizendo. Agora, se ele integra poderia lotear como lotes menores e etc. Então, a  
679 divisão, antes de fracionar o nosso entendimento é que já deveria declarar se está  
680 aderindo ou não para o todo, mesmo para fase dois. E não deixar a sua adesão para fase  
681 dois, senão esse fracionamento pode estar agravando o problema da estruturação urbana,  
682 seja pelo traçado, seja pelo regime. (Continuação da leitura do parecer). Este é o relato.  
683 **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis –**  
684 **RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Pedido de vista para a Maristela. **Sérgio Saffer (Titular),**  
685 **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Rafael, uma  
686 pergunta para ti. Isso é uma matrícula só tudo isso? (Manifestação fora do microfone). Tá,  
687 mas hoje é uma matrícula só. Eu não entendi essa tua segunda consideração sobre a  
688 Operação Consorciada. Podes esclarecer qual a tua sugestão, se a pessoa não quis fazer  
689 esses benefícios que poderia ter, é isso? **Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação**  
690 **Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** Na verdade, eu sou  
691 engenheira civil, trabalho no Departamento de Obras de Pavimentação Asfáltica, mas faço  
692 parte de uma Fundação que estava em extinção e continuou com seus tramites. Pelo que  
693 eu conheço, não sou da área da arquitetura, mas os colegas que são, existe uma lei  
694 federal, que é a 6766/79, que fala que para loteamento e desmembramento de  
695 condomínios tem que passar pela METROPLAN para ter uma anuência prévia, não é isso?  
696 Eu gostaria de saber se toda vez que vem esse tipo de processo, eu acho que até é uma  
697 questão de uma lei federal ser atendida. Então, no momento nós temos que fazer uma  
698 solicitação para passar pelo órgão que é de competência para tratar o assunto. **Luiz**  
699 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**  
700 Vou encaminhar à PGM a tua dúvida. **Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação**  
701 **Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** Na verdade, assim,  
702 os cartórios para fazer o registro de condomínios e qualquer outra coisa na região  
703 metropolitana, é dentro da minha diretoria, mas eu trabalho em uma divisão separada. O  
704 meu colega que estava me substituindo nas minhas férias trabalha com isso, diretamente  
705 nessa área. Toda a região metropolitana tem que passar desmembramentos, loteamentos  
706 e condomínios, pela METROPLAN, que é o órgão do Estado responsável pelo  
707 fracionamento de solo. Então, existem muitas coisas que são mudadas lá dentro, porque  
708 existem condomínios absurdos, que vem das prefeituras, colocando área de lazer em  
709 fundo de lote e ficando um absurdo. São bolsões que vocês chamam, né. E o pessoal lá é  
710 bem rígido em relação a isso. Então, eu vejo muitas discussões, porque ao lado da minha  
711 sala fica a sala de reuniões. Então, eu escuto bastante o pessoal falando em relação a  
712 isso. E após a anuência da METROPLAN é que pode registrar no cartório. Então, assim,  
713 tem algumas prefeituras, inclusive, Porto Alegre, que não está respeitando essa lei federal.  
714 Então, se eu faço parte dentro de um conselho e estou vendo isso, vou ter que alertar os  
715 colegas que isso não é legal. Não é legal de legalmente, não é o legal do legal. **Luiz**  
716 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**  
717 A Patrícia informa que existe uma reunião agendada com esta pauta. Então, trazer para  
718 nós essa informação, já que foi levantado pela Fernanda. Se a gente achar que precisa de  
719 mais esclarecimentos até colocar para as PGM. **Emerson Gonçalves dos Santos**



720 **(Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**  
721 **Ambiental – OP-HOCDUA:** Quero me manifestar em relação ao que ela colocou. A  
722 FEPAM tem um convênio nos casos ambientais com o município para ter a delegação. Eu  
723 acho que se não existe ainda a possibilidade com a METROPLAN, criar também uma  
724 espécie de convênio para ter a delegação e não precisar toda hora estar acionando o  
725 órgão Estadual. Eu acho que seria uma alternativa. (Manifestação fora do microfone). Sim,  
726 aí nós temos que ver qual a metragem mínima exigida. A diretriz colocada ali, Rafael, é a  
727 6060? Essa diretriz, na verdade, é superimportante para aquela região para a ligação.  
728 Então, a gente tem que analisar bem esse processo, pedir vista, quero me inteirar, até  
729 porque é o primeiro projeto que vem da Lomba do Pinheiro, da Lei Consorciada.  
730 (Manifestação fora do microfone). Não, mas é dentro da Macrozona 10, independente de  
731 não estar ela tem o regime básico. Então, independente de não estar ela está dentro da  
732 Lei Consorciada da Macrozona 10. Só que ela não aderiu ao regime máximo, que seria  
733 residencial um. Então, eu vou me inteirar desse processo, porque me interessa a questão  
734 da Lei Consorciada, porque vamos ver se tem condições de aprovar pela Lomba  
735 Consorciada, porque a maioria não aceita a lei consorciada em questão da outorga  
736 onerosa, porque onera qualquer empreendimento que vai se instalar dentro da Lomba  
737 Consorciada. Então, quero me inteirar bem desse assunto até para poder colaborar com o  
738 Conselho Municipal. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**  
739 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Rafael, tu poderias sintetizar para nós, tu estás  
740 pedindo diligência? Não? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de**  
741 **Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu estou condicionando a essas adequações. **Luiz**  
742 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**  
743 Então, é diligência, Rafael. Nós vamos ter que remeter o processo de volta À CAUGE.  
744 **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** O  
745 CMDUA é superior à CAUGE, se decidir a CAUGE tem que fazer acontecer. É simples, é  
746 uma comissão e este é um conselho. Essa é a hierarquia da coisa. **Luiz Antônio Marques**  
747 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Mas nós não  
748 emitimos os condicionantes, a condição. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente),**  
749 **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** As condições são as seguintes: compromisso  
750 do empreendedor em executar o trecho das diretrizes que atingem toda a gleba da  
751 matrícula. Inclusive, sobre a área remanescente resultante do fracionamento ora solicitado  
752 as suas expensas. Ou seja, isso não seria mitigação, nem compensação, nem nada. A sua  
753 manifestação quanto à adesão ou não à Operação Urbana Consorciada Lomba do  
754 Pinheiro, posto que tal é fundamental para análise do pedido de EVU. E eu explico porque  
755 depois. Há o atendimento do previsto no art. 44, aí vem a questão do pedido de que seja  
756 encaminhado para a FRGP. 07 para que faça a consulta e audiência. Agora, a questão é o  
757 seguinte: está se propondo um fracionamento, com esse fracionamento o município está  
758 perdendo, porque não há qualquer garantia que mais de 50 m daquela diretriz vai ser  
759 executada. Então, não deveria se aceitar, porque se enquadra no art. 152 do Plano Diretor,  
760 que diz que há um agravamento do traçado viário. A questão do regime urbanístico no meu  
761 entendimento também é agravado, porque neste fracionamento ele omite se adere ou não  
762 à operação. Então, ele acaba não aderindo para a fase um, mas em nenhum momento...  
763 Então, a fase dois pode vir a aderir e isso pode vir a causar distorções, que seria outro  
764 projeto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
765 **Seis – RGP. 6:** É compreensível, era mais para saber. Então, assim, quais são os pedidos  
766 de vista? É a Região 07, OP e DEMHAB. Quem mais? **José Francisco Rodrigues**  
767 **Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite a todos.



768 Eu estou pedindo vista por ser Conselheiro titular do DEMHAB na Operação Consorciada  
769 da Lomba do Pinheiro. Eu acho importante a gente analisar isso aí, o Emerson também  
770 tem interesse, a própria Maristela, porque tem que haver adesão, dentro de projetos dessa  
771 área tem que haver adesão. E aí tem que ver se vai ficar no regime mínimo ou no regime  
772 máximo, porque aí alterou as coisas. Outra coisa que o conselheiro Rafael fez, eu lembro  
773 que quando apresentei um dos meus pareceres aqui, teve condicionamento para este  
774 conselho da aprovação, eu acho que foi para outra conselheira da região, que a região  
775 pediu que fizesse um adendo e foi votado aqui como um condicionante, só aprovariam o  
776 EVU por este Conselho se atendessem tais e tais medidas sugeridas pela região na época.  
777 Então, eu vejo como correto o posicionamento do Conselheiro Rafael, mas vamos ver,  
778 vamos analisar realmente o que é isso, mas eu acho que é devido sim. Obrigado. **Sérgio**  
779 **Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:**  
780 Rafael e Furtado, Maristela, ou quem participa, eu queria entender uma coisa assim, é  
781 uma opção do proprietário aderir ou não aderir? E a tua segunda manifestação não  
782 entendi. Então, tu queres saber por que ele não quis aderir? Eu não entendi. **Rafael Pavan**  
783 **dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** O que acontece?  
784 O fracionamento, se ele estivesse tramitando em um só estaria resolvido o EVU. Como ele  
785 está fracionando deve declarar agora se ele adere ou não para todo, inclusive, para o que  
786 ele está fracionando para a fase dois, porque seriam dois projetos diferentes. Tu  
787 entendes? Se fosse inteiro ou se a gente está fracionando o que ele vai decidir depois,  
788 isso tem outro Impacto sobre o que a gente está aprovando. E essa decisão já tem que  
789 estar agora, para a gente poder ter esse esclarecimento agora. Senão esse fracionamento  
790 vira algo que às vezes pode burlar a operação. **Maristela Maffei (Titular), Região de**  
791 **Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Se nós formos analisar a pauta da próxima  
792 reunião na questão do Consorciado Lomba do Pinheiro, que somos titulares, nós vamos  
793 ver que essa mesma entidade tem, natural, dentro de um processo democrático, outros  
794 interesses que está trazendo novamente essa pauta, onde há uma sugestão... E eu vou te  
795 passar, inclusive, que é uma modificação dessa lei. Então, há muitas coisas que estão  
796 sendo guardadas e uma coisa está ligada a outra, e todas as coisas são lá na região.  
797 Então, só para esclarecer, para vocês terem um pouco de entendimento. Eu não estou  
798 colocando aqui a minha opinião, se somos a favor, mas só para trazer à luz de todos a  
799 discussão que permeia toda nossa região neste momento. Obrigada. Se alguém quiser eu  
800 posso passar a pauta da próxima reunião que vai ter no dia 03, quem quiser participar ou  
801 ouvir, eu acho que seria interessante. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**  
802 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria esclarecer. Eu  
803 estava conversa em paralelo com a Patrícia, pelo que eu entendo, quando tu fazes um  
804 desmembramento vai constituir duas matrículas independentes. Vai ficar registrado esse  
805 condicionante? Não sei se acontece isso, porque ele pode vender a outra parte, ele pode  
806 desistir no meio do caminho, vende a outra parte, outro proprietário que não tem a ver. Isso  
807 está registrado, qualquer tipo de compromisso, se é possível, não é possível. Eu trago  
808 mais como dúvida. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
809 **Planejamento Seis – RGP. 6:** O direito ao fracionamento é garantido pela constituição.  
810 Atendendo aos condicionantes determinados, como lote mínimo e etc., deu, vai criar duas  
811 matrículas completamente independentes, que façam o que quiserem, venda, doe,  
812 construa outro objeto, etc. Inclusive, a outra matrícula, se tem um gravame que ficou para  
813 outra matrícula, vai continuar existindo o gravame. É fácil de esclarecer isso aí. Bom,  
814 conselheiros, ficou vista para Região 07, OP e DEMHAB. **Emerson Gonçalves dos**  
815 **Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento**



816 **Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Todo o protocolo dentro da Operação Consorciada  
817 já vincula a operação, aí a pessoa vai decidir se quer ficar no básico ou quer ir para o  
818 máximo. Então, não tem como fugir da operação dentro da Macrozona 10, não tem como  
819 fugir desse protocolo. A partir do momento que tu protocolaste, aceitou a proposta da  
820 operação consorciada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
821 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Esclarecido. O Item 4.07. Expediente 16.14.000506-4.  
822 Interessado: Lourdes Souza. É gravame de trançado viário e cadastramento de logradouro.  
823 Ele foi distribuído ontem, dia 26. Então, está para relato para próxima reunião. Senhores  
824 Conselheiros, mais alguma observação? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação**  
825 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Em nome da ABES quero  
826 convidar, nós estaremos dia 9, segunda-feira da outra semana, com Conselheiro Rafael  
827 Passos fazendo mais um debate lá na ABES, na nossa sede, na Júlio de Castilhos, sobre  
828 a questão do Plano Diretor e a questão ambiental. Provavelmente, o próximo convidado  
829 deve ser da nossa universidade federal, para gente continuar a série de debates.  
830 Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**  
831 **RGP. 1:** Eu queria em nome dos direitos humanos, da solidariedade política, dizer que  
832 lamento as declarações de procuradores da Lava Jato sobre a pessoa do ex-Presidente  
833 Lula, atingindo seus familiares e tripudiando em cima de uma pessoa que está presa.  
834 Quero lamentar isso, quero dizer que isso não faz parte da democracia e é uma violência  
835 ao ser humano. Inclusive, o ex-Presidente Lula escreveu uma carta lamentando a forma  
836 como trataram seus familiares. Então, eu quero como Conselheiro deste Conselho colocar  
837 isso de alto e bom som, que não é possível em uma democracia pessoas que recebem  
838 dinheiro público e se manifestam dessa maneira, Então, eu queria lamentar e queria dizer  
839 que isso é profundamente desumano. E hoje é ele, amanhã pode ser qualquer um de nós  
840 e na democracia não se pode permitir esse tipo de coisa. E os democratas deve se  
841 posicionar contra esse tipo de atitude. Por fim, quero dizer que a RGP. 01 realizou a quarta  
842 oficina, patrocinada junto com o IAB e a Faculdade de Arquitetura, e nós elaboramos as  
843 propostas do plano de ação da RGP. 01. Obrigado. **José Francisco Rodrigues Furtado**  
844 **(Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Conselheiros, eu só  
845 gostaria de participar que no dia 23 deste mês o DEMHAB recebeu o prêmio, o Selo de  
846 Mérito Nacional de Habitação 2019, pelo projeto voltado à habitação de interesse social, do  
847 projeto de regularização da Vila Salso. A imprensa geralmente não aparece, só quer  
848 mostrar queimadas e tudo, mas é importante que o DEMHAB sempre na sua participação,  
849 não só na construção de unidades de habitação de interesse social, mas também nos  
850 procedimentos de regularização fundiária tem avançado e bastante. (Manifestação fora do  
851 microfone). Quem é esta cidadã? Por favor, eu estou com a palavra! Depois a senhora se  
852 pronuncia. Então, agradecendo sempre a necessidade do apoio sempre ao DEMHAB nas  
853 iniciativas, basicamente, que eu trabalho hoje em regularização fundiária. Só para lembrar  
854 desse caso. Obrigado. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de**  
855 **Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria de fazer um convite a todos, que agora,  
856 sábado, dia 31, a RGP. 04, juntamente com o Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB e o  
857 Fórum da Região de Planejamento 04 estarão fazendo uma ação para construir de forma  
858 participativa e democrática um plano popular que colabore para destacar as necessidades  
859 de cada região e sonhar a melhoria do nosso espaço de moradia e de convivência. É a 4ª  
860 Oficina do Plano Popular da RGP. 04. Então, neste sábado, a partir das 9 horas, no Centro  
861 Comunitário Coimã, Rua República do Peru, 380 – Jardim Itu Sabará. Eu já coloquei esse  
862 convite para todos conselheiros, no nosso grupo do WhatsApp. Então, estejam todos  
863 convidados. Muito obrigada. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de**



864 **Planejamento Sete – RGP. 7:** Duas considerações. Primeiro, dia 14 de setembro nós  
865 realizaremos o fechamento das oficinas na revisão do Plano Diretor, juntamente com o  
866 IAB, também acho que foi interessante essa reunião que nós tivemos. E eu já quero  
867 parabenizar o Secretário e a sua equipe técnica, uma reunião muito interessante, Patrícia.  
868 Nós gostamos muito. E convidamos, porque a ideia do conjunto é que nas próprias  
869 oficinas já esse corpo técnico participe, para que depois a gente faça um segundo  
870 encontro nas regiões. Eu achei ótimo, nós construímos juntos essa ideia. Portanto,  
871 superinteressante. A segunda questão é que no momento em que estamos vivendo as  
872 questões das minas de carvão a céu aberto, de norte a sul. Nós estamos fazendo a nossa  
873 política ao contrário, juntamente com o MAB, que é o Movimento de Atingidos de  
874 Barragens, que foram os atingidos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, hoje já atinge 70  
875 cidades. Eles ocuparam anteriormente o BNDES e geraram uma nova política pública  
876 sobre as questões ambientais das placas solares. Elas não são as placas por energia,  
877 propriamente dita, é propriamente do nosso clima tropical. É muito interessante, é uma  
878 tecnologia alemã e 70 cidades foram atingidas. Eu sei que o Jackson também trabalhou  
879 muito com o pessoal, o Jackson Afonsin, que é uma pessoa que admiro muito e que  
880 trabalhou com esse pessoal, onde eles trabalharam com essa política pública. Nós  
881 estamos pela primeira vez em Porto Alegre, na Lomba do Pinheiro, na Vila Santa Helena e  
882 na Herdeiros. Já colocamos as duas primeiras placas, onde os critérios eram participação,  
883 a questão das chefes donas de casa, as mulheres. E também a questão racial. Então, nós  
884 já estamos avançando e o principal critério de participação é a continuidade de  
885 participação nos movimentos sociais. E a nossa ideia agora é fazermos um grande  
886 seminário, queremos trazer aqui o MAB para apresentar aos conselheiros, porque a nossa  
887 ideia é tornar uma política pública para toda nossa cidade. Então, se for possível, nós  
888 queremos agendar a vinda aqui do Movimento dos Atingidos de Barragem para explicar.  
889 Amanhã, quem quiser assistir, às 13h30min, na Band Atualidades, com o André Machado,  
890 nós estamos fazendo uma reportagem que estamos lá, nós que somos dos movimentos  
891 sociais lá da Lomba do Pinheiro. Era isso por enquanto. Muito obrigada. **Adroaldo**  
892 **Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa  
893 noite, Presidente, Conselheiros. Eu quero deixar o meu registro aqui parabenizando a  
894 Patrícia e o Secretário por estarem formando esse grupo com os conselheiros das regiões  
895 para a gente fortalecer essa discussão sobre a revisão do Plano Diretor. O importante que  
896 eu entendo é que já estava na hora da gente fazer uma reaproximação dos conselheiros  
897 das regiões. Há muito tempo a gente está sentindo a necessidade de conversar, de se  
898 encontrar, de falar sobre as questões das nossas regiões. Então, eu espero que não fique  
899 só nessa reunião de hoje. E queria apelar ao Presidente, ao Conselheiro Gomes, que faça  
900 aquilo que a gente já fez em outras épocas, reunir os conselheiros, almoçar juntos e tal,  
901 porque estamos precisando rearticular, fortalecer, porque os dias de hoje não estão para  
902 brincadeira. E nós temos esse assunto muito sério pela frente aí, precisamos levar vocês,  
903 todos os conselhos irem nas regiões para visitar e saber qual é o problema de cada um,  
904 para que a gente possa vir para cá e fazer uma discussão na altura, para que todos  
905 realmente saibam que é necessário o apoio de cada região para fortalecer a cidade como  
906 um todo. Obrigado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios**  
907 **de Arquitetura - AREA:** Maristela, essa placa é placa fotovoltaica ou a placa só de  
908 acumulação de calor? Sabe ou não? A outra pergunta, essa é uma ONG? **Luiz Antônio**  
909 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ela liga a  
910 luz e dá choque ou só esquenta? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense**  
911 **dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Só aquece a água. E isso é uma ONG?



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

912 (Manifestação fora do microfone). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**  
913 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. Conselheiros, muito obrigado. Uma boa  
914 noite, um bom retoro aos seus lares. **(Término às 20h00min).**

915

916

917

918

919

920 **Germano Bremm**

\_\_\_\_\_  
**Secretária Executiva**

921 **Presidente**

**Relatora**

922

923 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:**